

cultura: imagens e representações

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 8 . 2008

O mito da Atlântida nas leituras historiográficas do nacionalismo monárquico

Miguel Dias Santos

SANTOS, Miguel Dias – “O mito da Atlântida nas leituras
historiográficas do nacionalismo monárquico”.
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 277-291.

Miguel Dias Santos. Professor na Escola Secundária de Peniche. Doutorando na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

As leituras historiográficas do nacionalismo monárquico estão impregnadas de elementos míticos, facto que levou Paulo Archer de Carvalho a escrever, a propósito do integralismo lusitano, que a sua historiografia é de “validade nula ou escassa”, pois nela predomina uma “profusa mitografia” de amadores empenhados numa “oficina de reparações culturais”¹. A sua análise pode estender-se a outros ideólogos do nacionalismo monárquico, movimento que teve a sua génese e desenvolvimento no decorrer da conjuntura da I Guerra Mundial. Figuras centrais do movimento realista, militando no campo tradicionalista, miguelista ou simplesmente conservador, como foram os casos de Alfredo Pimenta, Caetano Beirão e os antigos oficiais do exército, como Aires de Ornelas, Paiva Couceiro e João de Almeida, todos produziram narrativas e textos ideológicos de pendor historiográfico².

Concebidas durante a guerra, as suas narrativas revelam a emergência do discurso antimoderno que repensava os conceitos de Nação e de Pátria gerados no século XIX à sombra da Revolução e do liberalismo. Repudiando a Revolução como dimensão inconciliável com aqueles valores³, o nacionalismo integral via a nação como “comunidade atemporal” cuja legitimidade residia na preservação de uma herança histórica e que tinha a sua máxima expressão no seu carácter eterno⁴. A solidariedade de gerações traduzia-se no culto das tradições e do seu património ancestral e por essa via na afirmação de uma continuidade que as práticas modernas tinham abolido. A esse propósito escreveu Paiva Couceiro:

A Pátria tem um espírito e um carácter, que se revelam na série das suas acções pelos anos fora. [...] Identificando-se portanto com o Patriotismo e traduzindo ambos o instinto de conservação da vida, que, nessa continuidade do seu próprio sentir, querer e pensar, vê a continuidade de si mesma, ao longo das gerações seguintes, quer dizer a imortalização da alma individual dentro das permanências inalteradas da Pátria companheira do Tempo na sua marcha eternamente duradoura⁵.

Se a modernidade se traduziu pela emancipação do indivíduo e da sua capacidade de construir o seu destino, aquilo a que na expressão de Habermas significava a estruturação do espírito subjectivo e a sua “emancipação” das “formas tradicionais de vida”⁶, o nacionalismo conservador ancorava-se na revalorização das “dependências ancestrais”, no culto dos antepassados, e no reforço do espírito colectivo. Os nacionalistas lusos, na esteira do positivismo reaccionário de Maurras, Maurice Barrès,

¹ Cf. CARVALHO, Paulo Archer de – “Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista”. In: *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias/ Faculdade de Letras, 1996, vol. 18, p. 237.

² O predomínio deste discurso antimoderno no campo monárquico é objecto de um estudo mais vasto que estamos a desenvolver subordinado ao tema “Antiliberalismo e contra-revolução em Portugal (1910-1919)”.

³ Cf. SARDINHA, António – *O Valor da Raça. Introdução a uma Campanha Nacional*. Lisboa: Almeida Miranda Sousa, 1915, p. 59.

⁴ Cf. THIESSE, Anne-Marie – *A Criação das Identidades Nacionais*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, p. 20.

⁵ COUCEIRO, Henrique de Paiva – *A Democracia Nacional*. Coimbra: Ed. de autor, 1917, p. 99.

⁶ Cf. HABERMAS, Jürgen – *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1990, p. 89.

mas também do Renan da célebre conferência “*O que é a Nação*” (1882)⁷ defendiam a teoria de que a história revelava um “canto sagrado”, uma solidariedade entre gerações e uma “fé na terra e nos mortos”⁸ que constituía a herança da tradição. Leitor de Barrès e ainda fiel à sua própria formação positivista, António Sardinha expôs assim a sua ideia de tradição:

Somos tradicionalistas. Mas ser tradicionalista não é encerrar-nos na contemplação saudosa do Passado. É antes reconhecer a contínua sucessão dinâmica em que a história se coordena entre si, efectuando a solidariedade dos Mortos com os Vivos, segundo a visão admirável dos melhores conceitos de Auguste Comte⁹.

A história e o tempo histórico eram então os campos fecundos para a teorização nacionalista, como já o foram no decorrer do século XIX¹⁰. Foi já suficientemente demonstrado, por Paulo Archer de Carvalho, o papel do eterno retorno na elaboração dos mitos historiográficos do Integralismo Lusitano. Visto como expressão da “escravização ao tempo”, própria do tempo cíclico, traduz-se em Portugal numa “memória residual e resistente” em torno da sua consciência deprimida e de que resultaram as “paranóias regeneradoras”¹¹. Paulo Archer de Carvalho já mostrou como esta historiografia resultou do facto dos intelectuais do integralismo aceitarem que possuíam uma visão autêntica da história, que lhes permitia “a legibilidade à luz de um preestabelecido plano providencial”¹². A sua construção da memória traduziu-se na releitura historiográfica do período liberal, vislumbrando na monarquia liberal e na república a representação “contemporânea do pecado original”. Como consequência, os integralistas elaboraram toda uma “mitologia fundadora” que, perscrutando as origens, conduziria à formação de uma “ordem eterna”, libertando Portugal e a Europa da crise e da decadência¹³.

Outro sector nacionalista importante, protagonizado por antigos oficiais africanistas, como Aires de Ornelas, Paiva Couceiro e João de Almeida, desenvolveu uma vasta mitologia imperial e civilizadora que encontrava na história colectiva a confirmação de um “génio especial” e na expansão ultramarina a consumação de uma “fatalidade étnica”¹⁴.

⁷ Cf. COUCEIRO, Henrique de Paiva – ob. cit., p. 101.

⁸ STERNHELL, Zeev – *Maurice Barrès et le Nationalism Français*. Paris: Fayard, 2000, p. 320-321.

⁹ SARDINHA, António – ob. cit., p. 152. Paiva Couceiro resumia também a força da tradição a essa “herança” de “um grande património de sacrifícios, experiências e conhecimentos”, que constituía, afinal, o “governo dos mortos”. Cf. COUCEIRO, Paiva – ob. cit., p. 115.

¹⁰ Leia-se MATOS, Sérgio Campos – *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Séc. XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

¹¹ Cf. CARVALHO, Paulo Archer de – “Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista”. In: *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, 1996, vol. 18, p. 231.

¹² Cf. Idem, *Ibidem*, p. 234.

¹³ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 235.

¹⁴ Veja-se SANTOS, Miguel Dias – “Imperialismo e ressurgimento nacional. O contributo dos monárquicos africanistas”. In: *Estudos do Século XX*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2003, n.º 3, p. 88-112.

Tal como os integralistas, as leituras pretensamente historiográficas dos diferentes segmentos do pensamento realista tomavam como ponto de partida o sentimento e a cultura de decadência que em Portugal e na Europa do fim do século XIX se tinha apossado de certas elites culturais¹⁵. Em Portugal, como em França sob a égide de Maurice Barrès¹⁶, o nacionalismo monárquico pretendia assumir-se, afinal, como reacção a essa consciência deprimida. Mas então deixava de ser um sentimento ou estado de espírito corrente entre uma certa intelectualidade, para se transformar numa ameaça real à existência e independência do país, no contexto do expansionismo europeu e muito particularmente da vizinha Espanha¹⁷. Autores como Paiva Couceiro, João de Almeida e mesmo alguns liberais conservadores, como Luís de Magalhães, vaticinaram a “doença” colectiva e a proximidade do abismo. Todos inscreviam o momento da crise na ruptura que o liberalismo introduzira no tempo histórico e na continuidade com o espírito da tradição e com um dos mitos identitários mais relevantes do nacionalismo europeu, o mito da “herança sagrada”¹⁸:

A Pátria portuguesa está atravessando uma aguda e grave crise interna, talvez a mais tormentosa e decisiva de todas as que têm afligido Portugal na sua compleição forte, durante os seus longos oito anos de existência. E é este momento tão decisivo que ou vemos derruir a herança sagrada dos nossos maiores, esfacelar-se a nacionalidade que temos de manter íntegra e imaculada, ou lhe aplicamos os mais eficazes e enérgicos instantes terapêuticos, os remédios maus proveitosos para a salvar, se não queremos ser ao mesmo tempo algoz e testemunha, na convulsão que ameaça subvertê-la, arrasando-nos no abismo e sepultando-nos conjuntamente nas suas ruínas¹⁹.

Este pensamento decadentista acabava por expor as profundas angústias do homem moderno face ao tempo, atitude que comportava uma tendência para “negligenciar o tempo presente” ou “momento histórico”. As críticas à modernidade, que em Portugal consubstanciam a crítica ao liberalismo monárquico e republicano e à democracia, traduzem este desejo do homem moderno de sair da sua história e regressar a um tempo primordial, revelando-se uma “nostalgia da *renovatio*”, a esperança de “que o mundo se renove”²⁰. Será, portanto, neste contexto cultural de decadência e confronto ideológico com a república, agravado com o conflito bélico, que deve entender-se a utopia regressiva associada ao mito da Atlântida, no seu esforço de restaurar a consciência colectiva “pela qual as primeiras sociedades haviam sido governadas”²¹.

As grandes linhas de interpretação da I Guerra Mundial, produzidas pelos diferentes agrupamentos político-ideológicos, em Portugal como na Europa, colocaram no centro do debate as questões étnicas e culturais. No plano cultural, o conflito

¹⁵ Cf. BAUMER, Franklin L. – *O Pensamento Europeu Moderno*. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 156-157.

¹⁶ STERNHELL, Zeev – ob. cit., p. 316.

¹⁷ Cf. ALMEIDA, João de – *Visão do Crente*. Porto: Typographia Luzitania, 1918, p. 98-99.

¹⁸ Cf. THIESSE, Anne-Marie – ob. cit., p. 20

¹⁹ ALMEIDA, João de – ob. cit., p. 191; leia-se, ainda, COUCEIRO, Henrique de Paiva – ob. cit., p. 100.

²⁰ Cf. ELIADE, Mircea – *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Lisboa: Edições 70, p. 23.

²¹ BAUMER, Franklin L. – ob. cit., p. 163.

era descrito como um confronto entre a civilização ocidental, de matriz latina e católica, e a cultura arrogante e musculada dos germânicos, que actuavam em nome da barbárie²². Mas então a Alemanha arrogava a superioridade rácica do ariano, empenhada numa estratégia de imperialismo pan-germânico, que resultava dos mitos rácicos elaborados pelas concepções positivistas e naturalistas e pela antropologias identitárias geradas no decorrer da segunda metade do século XIX²³.

As narrativas de pendor historiográfico, que assumiram um conjunto disperso e heteróclito de mitografia, ofereciam aos monárquicos a possibilidade de rever a historiografia republicana e liberal, com o seu optimismo racionalista e a sua crença no progresso. Por um lado, importava romper com a perspectiva republicana que postulava a democratização da sociedade portuguesa como o processo ideal de revelar a “índole” ou “génio nacional”²⁴, quando, na verdade, o liberalismo era responsável pela agonia colectiva²⁵; por outro, oferecia a possibilidade de retomar as “paranóias” regeneradoras, estabelecendo uma visão da história que reabilitava a Raça e preparava a Nação para um regresso à “época de ouro” da história de Portugal. António Sardinha escrevia então que “uma nação não é, como queria a vesania revolucionária, um mero arranjo de interesses garantidos por lei. É antes uma verdade biológica, fundamentando-se na razão de ser de cada um dos seus naturais”²⁶.

O mito da Atlântida integra essa mitografia nacionalista de pendor étnico e determinista característica do pensamento da época e teve como cultores as figuras de João de Almeida e António Sardinha. O primeiro era um militar carregado de prestígio, apesar do exílio republicano, conquistado nas campanhas de ocupação africana e foi tido a partir da década de 20 como uma das referências do movimento nacionalista²⁷. Não sendo um intelectual, foi uma dos mais profícuos teorizadores da ideia imperial, apesar da pobreza estilística de um discurso que se repetiu com frequência. António Sardinha era um intelectual recém-convertido à monarquia²⁸. Ao contrário de João de Almeida, exibia toda a erudição teórico-filosófico num estilo literário que rapidamente o transformou em referência do grupo. Os textos em que expõem e exploram o mito da Atlântida inseriam-se num programa nacionalista que procurava realizar a refundação da Pátria a partir do regresso às origens, ao passado remoto. Visaram ambos estabelecer a “originalidade” do “Território e da Raça”

²² Leia-se, entre outros, ORNELAS, Aires de – *Um Ano de Guerra (Agosto de 1914 a Agosto de 1915)*. Porto: Magalhães & Moniz, 1916.

²³ Cf. GILBERT, Martin – *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007, p. 40; CASTELO-BRANCO – Miguel, *Homem Cristo Filho. Do Anarquismo ao Fascismo*. Lisboa: Nova Arrancada, 2001, p. 100.

²⁴ Cf. CATROGA, Fernando – “Positivistas e republicanos”. In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando – *História da História em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, vol. 1, p. 126.

²⁵ Cf. ALMEIDA, João de – ob. cit., p. 98-99.

²⁶ SARDINHA, António – ob. cit., p. 120.

²⁷ Cf. *O Coronel [O] João de Almeida. Sua acção militar e administrativa em Angola (1906-1911)*. Publicação de iniciativa dum grupo de companheiros e amigos coloniais, Lisboa, 1927; *Coronel João de Almeida. Sessão de Homenagem realizada na Sociedade de Geografia em Fevereiro de 1930*. Lisboa: Publicação de Inicialização de um Grupo de Companheiros Coloniais e Amigos, 1930; FILIPE, Gomes – *João de Almeida. Sua Acção Colonial*. Angra do Heroísmo: Tipografia Insular, 1937; GALVÃO, Henrique – *História do Nosso Tempo (Acção e Obra de João de Almeida 1904-1910)*. Lisboa: s/n., 1931.

²⁸ Sobre António Sardinha veja-se, entre outros, a mais recente biografia de DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha – *António Sardinha (1887-1925) Um Intelectual do Século*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2007.

portuguesa²⁹, aquilo que António Sardinha identificou como esforço teórico de “reconstruir o que seja, em verdade, a raça portuguesa” e “surpreender-lhe a capacidade criadora e as mais virtudes que nos caracterizam como povo livre por obra da Etnia e do Meio, nunca pelo acaso das circunstâncias políticas e sociais”³⁰.

Antes de analisar o modo como incorporaram o mito da Atlântida na “aventura nacional”, importa referir que não havia qualquer novidade na utilização da estrutura mitológica em interpretações de cunho historiográfico. Em Portugal, o romantismo introduzira o fascínio pelas lendas medievais e pelas tradições populares, dimensões históricas que concitaram o interesse de autores como Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Anselmo de Andrade, entre outros, que reconheciam às lendas a “expressão da alma nacional”³¹. No entanto, caberia a Teófilo Braga valorizar as lendas históricas, assim como os “costumes”, “crenças” e “superstições”, como fontes importantes para o estudo da origem étnica do povo português, na medida em que exprimiam um certo “fundo de realidade”. Mas acima de tudo, o mérito de Teófilo Braga estava no reconhecimento de uma “função universal” para o mito e para a tradição, adoptando uma atitude moderna que aceitava a lenda e o mito como objectos de investigação³². Através da investigação, mas também pelo romance histórico, Teófilo Braga procurou definir a existência de uma “alma portuguesa” que era possível identificar nas manifestações culturais e espirituais de um tipo antropológico, o lusitano. O “lusitanismo” é bem perceptível no seu romance-epopeia *Viriato*. Aí deixou consignadas as características ingénitas da raça, como a “tenacidade”, a capacidade de “adaptação”, traços idiossincráticos que explicavam o “seu génio e acção colonizadora”, a “sentimentalidade”, a “aventura”, o amor e a “capacidade especulativa” dos lusitanos. Eram traços identitários que no entender do autor da *História da Poesia Popular Portuguesa* (1867) resistiram ao tempo histórico³³.

Por outro lado, a utilização da mitologia antiga na elaboração da história de Portugal era também frequente até ao início do século XX. Nos séculos XVI e XVII aceitava-se o mito de Túbal, segundo o qual, Túbal, neto de Noé teria sido o fundador de Setúbal e o primeiro povoador da Lusitânia e de toda a sua descendência, “uma extensa linhagem de reis fabulosos”³⁴. Campos Matos mostra como o mito de Túbal deu origem a narrativas fabulosas sobre a génese aristocrática da Lusitânia e dos Portugueses, facto que se estendeu, no decorrer do século XIX, a outros países europeus que também criaram as suas tradições³⁵, muitas vezes forjadas em documentos apócrifos³⁶. A convocação do passado tinha tradição na Europa e em Portugal numa época que será também caracterizada pela construção da ideia de nação, que na

²⁹ ALMEIDA, João de – ob. cit.

³⁰ SARDINHA, António – ob. cit., p. 59.

³¹ Cf. MATOS, Sérgio Campos – *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Séc. XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998, p. 255.

³² Idem, *Ibidem*, p. 256.

³³ BRAGA, Teófilo – *Viriato*. Matosinhos: Quidnovi, 2008, p. 5-6.

³⁴ MATOS, Sérgio Campos – ob. cit., p. 257.

³⁵ Na Inglaterra, o gigante Albion, filho de Neptuno e Bruto, neto de Eneias, estariam na origem da Inglaterra; a Arminius, herói germânico, que teria servido as legiões romanas, foi atribuída a fundação da Alemanha; Francus, filho de Heitor, que teria fugido de Tróia com Eneias foi considerado o ascendente dos Francos. Cf. MATOS, Sérgio Campos – ob. cit., p. 257-258.

³⁶ Cf. THIESSE, Anne-Marie – ob. cit., p. 107-108.

reação romântica significou a revalorização das lendas, das fábulas e do “mito da origem”. A construção da identidade nacional não evitou o ressurgimento da estrutura mítica, tida como indispensável para o reforço da consciência colectiva e da coesão nacional. Outros mitos modernos de carácter etnocêntrico, alguns de repercussões colectivas catastróficas, como o mito ariano, hierarquizaram as raças e provocaram uma verdadeira busca do “génio da raça”. Este retorno do mito traduz um novo culto pelos antepassados, culto necessário à identificação do património nacional e à sua difusão³⁷.

O mito da Atlântida integrava-se nessa busca do “génio da raça”, perscrutando um significado espiritual para a existência colectiva no tempo primordial, *in illo tempore*. António Sardinha e João de Almeida procuraram com as respectivas teses estabelecer a origem do “Homo Atlanticus” que ambos acreditavam estar na origem dos lusitanos e que seria portador de um espírito nacional ancestral. Sardinha acreditava ainda que o “Homo Atlanticus” estava na origem do conceito de civilização, procurando assim contestar a superioridade do Ariano, mito que em Portugal tinha os seus cultores em Oliveira Martins³⁸:

São motivos teóricos que subsistem para como o H. *Mediterranensis* que, embora não tenha costela doirada nas linhagens da antro-po-sociologia, é, sem dúvida, o valor étnico a que se deve a mais recuada impulsão civilizadora. O homem loiro andava na vagabundagem dos caminhos sem fim, mal assomara então às gargantas do Hindu-Kuch, – e já o dolocóide meão do neolítico, construtor e sociável, se dotava com uma escrita em ideogramas, que bem depressa, pelo desenrolar das necessidades, se resumiria em inquestionáveis sinais alfabéticos³⁹.

O papel do mito da Atlântida nas leituras de António Sardinha foi já objecto de análise em estudo recente⁴⁰. Sardinha partiu da concepção de mito desenvolvida por Georges Sorel que o concebia como “criação da vontade colectiva”, ao contrário da utopia, que Sorel entendia como “produto dum trabalho intelectual”⁴¹. Georges Sorel transformou o mito em força motriz da história, definindo-o como conjunto de imagens capazes de mover as massas para a acção revolucionária, na medida em que considerava o mito como “expressão de vontade”⁴². No cerne da sua teorização, o intelectual português sugeria a ideia de “Esperança”, conceito místico que ele via como “sangue espiritual da raça”, como imagem mobilizadora de um movimento ideológico de regeneração nacional:

A Esperança é ainda o mesmo sonho activo extraindo da derrota a afirmação duma vida que não se rende, o grito duma força que persiste e confia na hora que lhe

³⁷ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 16.

³⁸ Cf. CATROGA, Fernando – ob. cit., p. 155-158.

³⁹ Ob. cit., p. 62.

⁴⁰ DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha – ob. cit., p. 193-203.

⁴¹ SARDINHA, António – ob. cit., p. 60; SOREL, Georges, *Réflexions sur la violence*. Paris: France Loisirs, 1990, p. 45.

⁴² SOREL, Georges – ob. cit., p. 44-45; BAUMER, Franklin L. – ob. cit., p. 163.

há-de chegar. [...] Sentimento que envolve a colaboração do Tempo e do Espaço, não surgiria senão entre as raças que, enraizadas com apego rijo, se projectavam para além dos horizontes individuais, afim de se reconhecerem numa forma mais prolongada de existência⁴³.

A existência de um “Homo Atlanticus”, que Sardinha e Almeida consideravam estar na génese dos Lusitanos e da civilização ocidental, tinha a sua origem na Atlântida: “Para mim, o H. Mediterranensis, que já agora não designarei senão por H. Atlanticus, não é mais que um sobrevivente da Atlântida submersa”⁴⁴. A importância do mito na teoria da raça de Sardinha assenta no significado que este tinha na consolidação do seu pensamento nacionalista. Na sua tese sobre a “jornada da Nacionalidade” eram centrais dois elementos: um elemento estático e um elemento dinâmico⁴⁵. O elemento estático visava fundamentar em critérios étnicos a sua concepção de município e da própria tradição, recorrendo para o efeito aos conhecimentos que então a arqueologia podia fornecer sobre o homem de Muge.

A estação arqueológica de Muge, a mais significativa descoberta arqueológica do último quartel do século XIX, tinha para Sardinha, como terá para João de Almeida, a importância de comprovar a suposta existência de comunidades populacionais fixas na região do Tejo. Lembramos que as descobertas arqueológicas feitas na época, conduzidas por Carlos Ribeiro, identificaram vestígios antropológicos, culturais e uma necrópole que indicavam a existência de comunidades sedentárias no período Epipaleolítico (início do Mesolítico)⁴⁶. Alguns especialistas em arqueologia, mais recentes, apesar de recusarem o pretense sedentarismo do indivíduos de Muge – eram afinal grupos de caçadores-pescadores e recolectores⁴⁷ – viam nestes grupos autóctones antepassados dos portugueses e mesmo das populações do Mediterrâneo⁴⁸, tendo os outros aí identificado tipos humanos como sendo do tipo Combe Capelle e Cro-Magnon e dolicocefalos protomediterrâneos de baixa estatura⁴⁹.

António Sardinha faz uma referência vaga ao homem de Muge, o que sugere talvez um conhecimento espúrio do seu valor arqueológico, mas o suficiente para a partir dele suportar toda a sua argumentação teórica sobre a existência de uma cultura de expressão local, de um vínculo à terra, numa comunidade que se considerava estar na génese dos Lusitanos: “Como elementos estáticos, [o lusitano] possuía os vínculos

⁴³ SARDINHA, António – ob. cit., p. 60-61.

⁴⁴ Ob. cit., p. 80.

⁴⁵ Sobre a sua centralidade veja-se a carta que escreveu a Luís de Almeida Braga em QUINTAS, José Manuel – *Os Filhos de Ramires. As Origens do Integralismo Lusitano*. Lisboa: Editorial Nova Ática, 2004, p. 180.

⁴⁶ GONÇALVES, Victor S. – “O Congresso Internacional de 1880”. In: MEDINA, João – *História de Portugal*. Amadora: Ediclube, 2004, vol. 1, p. 214-241. O Congresso Internacional de Arqueologia, que teve lugar em 1880, com a presença de grandes especialistas europeus, é considerado momento fundamental no arranque da pré-história em Portugal.

⁴⁷ FERREIRA, O. da Veiga; LEITÃO, Manuel – *Portugal Pré-Histórico – seu enquadramento no Mediterrâneo*. 2ª. Ed.. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d, p. 112.

⁴⁸ OLIVEIRA, Alexandre Manuel Teixeira Guedes da Silva – “O contributo da Antropologia física em Portugal como ciência inter e transdisciplinar – uma possível síntese histórica até finais do século XIX”. In: *Revista de Guimarães*, 1997, n.º 107, p. 252.

⁴⁹ Cf. FERREIRA, O. da Veiga; LEITÃO, Manuel – ob. cit., p. 113.

de parentesco e vizinhança que lhe tinham vindo da propensão inata do indígena de Muge para se soldar à terra e restabelecer a fornalha dos vivos em cima da sepultura dos mortos⁵⁰. O homem de Muge, herdeiro da tradição marítima da mítica Atlântida, estaria na génese dos Lusitanos, cuja tradição comunitária e municipal se comprovava no predomínio de uma cultura agrária e que mais tarde, com a afirmação régia de D. Afonso Henriques, se tornava Pátria enquanto “completa expressão colectiva”⁵¹.

O factor dinâmico da teoria de Sardinha era constituído pela “resistência efectiva” dos Lusitanos e pelo conceito místico de “Esperança”. A “Esperança” é um elemento espiritual importante enquanto “virtude atávica da raça” e traduz uma proximidade cultural com o sebastianismo e com o messianismo, envolvendo a sua teoria sobre a origem Atlântida num véu de lirismo e misticismo. A Atlântida estaria desta forma associada à “Ilha de Ouro” do ciclo marítimo e reflectia já muitas das lendas e dos mitos da idade média, como a “Ilha Desconhecida”:

Não se referirá à Atlântida legendária a Ilha de Oiro do nosso ciclo marítimo? Lá é que ficava a nobre cidade de Antília. De lá viria o Encoberto na manhã sagrada das profecias. Não é inútil reparar que se o Encoberto é a figura da Esperança – factor dinâmico da alma colectiva do Ocidente, a “ilha-empoadada” é sempre um dos traços fundamentais da criação messiânica. [...] a ilha desconhecida, transmitindo-se aos tesouros poéticos do Ocidente, é, de Saturno a D. Sebastião, com termos de passagem em S. Brandão, em Merlim e no Rei Artur, nada mais que a recordação simbólica da Atlântida original – fonte de toda a esperança, motivo de todo o pasmo⁵².

Parece assim evidente que a Atlântida surgia como “imagem mobilizadora”, como já o fora no período dos descobrimentos, “impulsionando os portugueses” para as ilhas atlânticas, povo onde estaria já latente, no subconsciente colectivo, o conhecimento sobre a existência da América, consubstanciando a “perpetuidade de uma crença unânime em regiões insulares a Oeste”⁵³. Por outro lado, a “Esperança” devia confirmar o valor dinâmico da hereditariedade e da tradição, factores que o predomínio da actividade agrícola transformava em “acto de confiança no futuro”. Desta forma, António Sardinha revelava estar consciente do valor social do Mito e menos preocupado com a incredulidade eventual dos leitores face à efabulação inequívoca da sua tese. A “fé” no milagre de Ourique revelava-lhe o valor dos mitos e mostrava-lhe “que os povos que vivem e são grandes não são os que mais discutem, mas sim os que mais crêem”⁵⁴.

⁵⁰ SARDINHA, António – ob. cit., p. 60.

⁵¹ Idem, *Ibidem*.

⁵² Idem, *Ibidem*, p. 88-89.

⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 90. Eis a referência completa: “Da sobrevivência do facto nas tradições orais derivou talvez a descoberta da América, conhecida a demora que Cristóvão Colombo teve na Madeira. O que eu contemplo em tudo isto é a perpetuidade duma crença unânime em regiões insulares a oeste. Sob o fundo da nossa história e possui raízes nas raízes da Raça. Pela religião irredentista do Encoberto a certeza na existência da “Ilha de Bruma” pertence ao património místico e afectivo do H. Atlanticus. É mais um índice da vasta conformidade espiritual e idealista que distingue o pequeno dolicóide e tão fortemente o individualiza”.

⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 119.

O nacionalismo rácico de António Sardinha parece não ter despertado muitos seguidores, sendo mesmo objecto de duras críticas nos meios republicanos e até monárquicos⁵⁵. Foi, entre outros, objecto de duras críticas do padre jesuíta Amadeu de Vasconcelos (Mariotte) e de António Sérgio. Mariotte, divulgador do ideário integralista, em Paris, desde 1913, contestou nos *Meus Cadernos* “as absurdas teorias” de Sardinha sobre a Atlântida e o “Homo Atlânticus” como resultado de um “romance caótico, orgiaco de erudição balofa de charlatanismo pedante”. Na verdade, tanto Mariotte como António Sérgio contestavam o carácter pouco científico das interpretações historiográficas de Sardinha, acusando a falta de rigor e de seriedade do escritor⁵⁶.

As críticas não terão afectado muito o intelectual integralista. Com efeito, as interpretações historiográficas produzidas em nome das ideologias não obedecem a rigorosos critérios de cientificidade, mas atendem a motivações simbólico-culturais. Na génese do nacionalismo perspectiva-se a escolha de um passado, de um “precedente”, mesmo que falsificado, que serve de exemplo para o futuro. Essa escolha de um passado “torna possível forjar conscientemente ligações a qualquer período ou movimento do passado”, e nunca é arbitrária, decorre de uma “semelhança objectiva de situações”⁵⁷. Isso explica que António Sardinha caldeasse argumentos de origens distintas, alguns de investigadores considerados, como Martins Sarmiento e Teófilo Braga, com representações literárias sem valor exegético fora do seu contexto lírico, como aquelas que situam a *Odisseia* no oceano Atlântico e que a partir de divagações místicas vislumbram afinidades com a mítica ilha de Poséidon.

Tais considerações aplicam-se com igual propriedade às ideias de João de Almeida sobre o mito da Atlântida, que numa das suas obras invoca, entre outros, uma oração paterna⁵⁸ e a crença popular sobre a “existência de cidades encantadas no fundo do mar Atlântico, de uma das quais há-de ressurgir D. Sebastião, montado num cavalo branco, em manhã de nevoeiro”⁵⁹. No caso de João de Almeida, porém, mobilizou-se todo um conjunto de disciplinas e saberes, para além das longas divagações sobre as provas geológicas existentes nas franjas do Oceano Atlântico, que lhe permitem situar a Atlântida no “Atlântico Norte, entre os continentes da Europa e África e o das Américas, e do qual ainda restam a balizá-lo, como terras sobreviventes, os Açores, a Madeira, as Selvagens, e as Canárias e as três grandes ilhas que foram a Britânia (a actual Bretenha francesa unida à Grã-Bretanha, a Lusitânia e a Mauritània)”⁶⁰. A sua retórica argumentativa ancorava-se numa certa antropologia física praticada por aquele oficial do exército no de-

⁵⁵ Cf. DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha, ob. cit., p. 203.

⁵⁶ Mariotte seria muito citado na análise feita por FERRÃO, Carlos – *O Integralismo e a República. Autópsia de um mito*. 1.º Vol.. Lisboa: Inquérito, s/d [1964], p. 65-91.

⁵⁷ Cf. HELLER, Agnes – *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1982, p. 76-77.

⁵⁸ Era este o teor da oração: “Pelas almas do purgatório... por aqueles que andam sobre as águas do mar, que Deus os leve a porto de salvamento, e por aqueles que ficaram soterrados no fundo das águas do Atlântico, para que Deus tenha a sua alma em descanso”. Cf. ALMEIDA, João de – *O Fundo Atlante da Raça Portuguesa e a sua evolução histórica*. Lisboa: Ed. do Autor, 1949, p. 24.

⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p. 4.

⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 24.

correr da sua passagem pela Universidade de Coimbra, onde defendeu uma dissertação com o título *O Fundo Atlante da Raça Portuguesa*⁶¹.

A tese de João de Almeida obedece aos mesmos propósitos nacionalistas de António Sardinha. Mas ao contrário deste, que abandonou o mito em nome da ideia de hispanidade⁶², congraçando as raças ibéricas numa “aliança peninsular” com o mesmo fito ressuscitador, João de Almeida manteve a Atlântida como eixo matricial de toda a produção teórica desenvolvida entre 1901 e 1950⁶³.

As ideias de João de Almeida devem ser compreendidas no quadro de um projecto nacionalista que via na actividade expansionista da raça portuguesa a via regeneradora de Portugal. Como já referimos noutro estudo, o pensamento de Almeida decorria da aceitação de uma missão civilizadora cuja génese se encontrava numa “fatalidade étnica”, estabelecendo uma verdadeira simbiose entre essa missão civilizadora e a identidade nacional do país⁶⁴. A existência da Atlântida permitia-lhe definir a existência de uma “vocaçãõ expansionista” que recuava ao fundo dos tempos, à Idade Sagrada, constituindo afinal um retorno às qualidades ínsitas da raça:

Em todo ele [império português] a vocaçãõ expansionista dos portugueses, quer no domínio hipotético da Proto-História quer no ambiente mais claro da História, se afirma como um carácter fundamental de raça e não, como tantos por algum tempo julgaram, uma atitude de momento que as circunstâncias provocaram e a sorte prolongou. [...] Segundo Platão, o grande filósofo grego, os atlântidas que são presumivelmente antepassados dos lusitanos, haviam adquirido naquele tempo uma notável civilização, procurando expandir-se para oriente através das ilhas do Mar Numolítico, enviaram várias expedições à Grécia e ao Egipto. Verdade ou lenda – não importa discuti-lo agora – tem para o nosso ponto de vista este interesse: o de reconhecer-se o espírito expansivo num povo pré-histórico onde se presume que os lusitanos enraízam⁶⁵.

No quadro do seu pensamento nacionalista era importante estabelecer um anelo entre os lusitanos, essa “raça original cujos caracteres têm a eternidade do génio”, e os habitantes da mítica Atlântida. João de Almeida explicava que as mutações

⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 25. Foram membros do Júri de provas, realizadas em 6-07-1901, os professores Gonçalves Guimarães, Júlio Henriques, Bernardo Aires (Argente) e Bernardino Machado, então professor de Antropologia e Arqueologia da Pré-História, da Faculdade de Filosofia Natural.

⁶² Leia-se, entre outros, Sardinha, António – *A Aliança Peninsular*. Lisboa, 4ª ed., 1974.

⁶³ Encontramos referências ao mito nas seguintes obras de João de Almeida: *Visão do Crente* (1918); *Em Prol do Comum*. Lisboa: Parceria A. Maria Pereira, 1931; *O espírito da raça portuguesa na sua expansão além-mar*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1931; *O Ressurgimento Ultramarino. Grandeza e Romantismo duma geração*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1933; *A Cooperação dos Nativos na Expansão e na Defesa do Império*. Lisboa: Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934; *O Fundo Atlante da Raça Portuguesa e a sua Evolução Histórica*. Lisboa: ed. de autor, 1949.

⁶⁴ SANTOS, Miguel Dias, “Imperialismo e ressurgimento nacional. O contributo dos monárquicos africanistas”. In: *Estudos do Século XX*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2003, nº 3, p. 90-91.

⁶⁵ ALMEIDA, João de – *O Ressurgimento Ultramarino. Grandeza e Romantismo duma geração*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1933, p. 6-7. Mais à frente o autor escreveria mesmo que “o espírito da expansão, como energia e o valor na conquista, como o cristianismo e o tacto na ocupação são ráicos – estão na massa do sangue, na substância dos portugueses de todos os tempos” [p. 9].

geológicas que começaram a submergir a Atlântida⁶⁶ obrigaram os seus habitantes a emigrar, uns para Oriente, “enquanto outros ficam nas ilhas que hoje constituem a Irlanda, Portugal e Marrocos”⁶⁷. Os que se teriam fixado na região da Lusitânia constituíam “no fundo os autóctones da população portuguesa, da *raça lusitana*, originariam do Homo Atlanticus, primeiros povoadores dessa misteriosa Atlântida”⁶⁸.

As populações que, no âmbito da tese de Almeida, faziam a ligação com os lusitanos, encontravam-se referenciadas nos concheiros de Muge, a mesma estação arqueológica que foi vagamente referida por António Sardinha. Mas ao contrário deste, João de Almeida aproveitava os seus conhecimentos de antropologia, apreendidos em Coimbra, para tentar demonstrar com critérios científicos que o homem de Muge correspondia efectivamente ao antepassado dos portugueses. A metodologia adoptada nos seus estudos desenvolvidos em Coimbra, e depois no curso de Estado-Maior, na Escola do Exército, entre 1901 e 1903, reflectia a afirmação em Portugal da antropologia física, em articulação com a arqueologia pré-histórica e a etnologia, numa Europa muito marcada pelo triunfo do evolucionismo⁶⁹. A antropologia física correspondia a uma especialidade dentro da Antropologia enquanto ciência do Homem, e nela predominava uma dimensão biológica e anatómica⁷⁰. Tinha, por isso, como metodologia específica a antropometria, que era então praticada nos esqueletos encontrados nas várias estações arqueológicas⁷¹.

João de Almeida terá cultivado práticas antropométricas em esqueletos da estação arqueológica de Muge onde procurou sinais distintivos, objecto de investigação da antropometria sinalética, com vista determinar os “mais essenciais para determinação da raça a que cada um dos crânios devia pertencer”⁷². Os estudos antropométricos então realizados em Muge, conjuntamente com outros feitos posteriormente em crânios de outras estações arqueológicas, reflectindo já preocupações próximas da antropologia cultural e social⁷³, permitiram a João de Almeida estabelecer as características do homem de Muge:

⁶⁶ Lembramos que Platão refere que a ilha mítica teria desaparecido 9 mil anos antes. Cf. Platão – *Diálogos IV*, p. 315-316.

⁶⁷ ALMEIDA, João de – *Visão do Crente*, p. 14.

⁶⁸ Ob. cit., p. 15. Noutro texto refere o autor: “Reconhecemos, todos, – historiadores, arqueólogos e antropólogos – a existência na vertente ocidental da Península Hispânica de um povo antigo, cuja origem não sabem dar, mas que não é nem lígure, nem celta, nem de nenhuma raça oriental. É um autóctone que nós na “Visão do Crente” designámos por *Homo Atlanticus* [*A Cooperação dos Nativos na Expansão e na Defesa do Império*]. Lisboa: Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934, p. 5-6]

⁶⁹ Sobre a importância das teorias da evolução no final do século XIX e no século XX, veja-se uma síntese em WATSON, Peter – *Historia del Siglo XX*. Barcelona: Crítica, 2006, p. 52-65.

⁷⁰ Cf. OLIVEIRA, Alexandre Manuel Teixeira Guedes da Silva – ob. cit., p. 248.

⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 253.

⁷² Cf. *O Fundo Atlante da raça Portuguesa*, p. 25. Em 1900, Almeida teve acesso a 15 crânios provenientes das estações arqueológicas da região de Muge.

⁷³ Almeida refere que aos estudos originais, realizados entre 1901 e 1903, de 3535 medições, se juntava o estudo de despojos humanos de 1878 estações arqueológicas, sendo 854 paleolíticas, 56 mesolíticas e 968 do neolítico. Com base nesses dados, procurou estabelecer a individualização das raças que então habitavam em território português, tendo chegado às seguintes conclusões: das 8.671 medições realizadas, 2007 correspondiam à raça atlante, 91 fenícios, 140 iberos e iberos-celtas; 521 celtas e galo-celtas, 51 gregos, 986 suevos-alanos, 471 árabes e mouros e 4407 tipos sem características bem definidas. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 30 e 88.

O extracto fundamental dessa raça lusitana ou atlântica, que a antropologia nos identifica e comprova com a nossa actual, era caracterizada por uma média e robusta altura, cabeça, longa, dolicocefala, de occiput desenvolvido, suturas complicadas, face moderadamente alongada, mezoprozapa, glabella acentuada, nariz mezorrinico, órbitas miozenas, olhos e cabelos escuros, cor morena, fémures em pilatras, tíbias platicerénicas na sua maioria e números quase sempre perfurados. É a casta atlântica ophiusae da Lusitânia. Tal é o autóctone da raça portuguesa, o *H. Atlanticus*⁷⁴.

Os estudos antropológicos e arqueológicos de João de Almeida incluíram expedições à região de Muge, nas franjas do Tejo, e investigações em Marrocos, na demanda de provas sobre a mesma origem étnica dos habitantes da Mauritânia de da Lusitânia⁷⁵. Hoje, porém, as teorias que estabelecem uma originalidade nacional e territorial para Portugal são recusadas pela arqueologia contemporânea⁷⁶, que as encerra na categoria de fantasiosas e destituídas de qualquer base científica. Mas na época em que o nacionalismo se procurava instituir, serviram de alimento a uma visão de engrandecimento que ambicionava levar Portugal a uma nova época de ouro. Em João de Almeida, como em Paiva Couceiro e Aires de Ornelas, as diferentes mitografias serviram os propósitos ideológicos em torno de uma política assumidamente imperialista enquanto instrumento de ressurgimento nacional. Entendida como tradição que remontava aos lusitanos⁷⁷, a política imperial consubstanciava a natureza de um povo e de uma raça cuja lição devia ensinar às gerações futuras o significado do seu carácter colectivo e o sentido do seu destino comum. Foi esse carácter e esse destino da colectividade que o nacionalismo monárquico pretendeu cunhar com as suas leituras historiográficas, mesmo quando não passavam de visões distorcidas do passado e da própria história de Portugal.

Mas se existe um substrato ideológico comum na utilização que António Sardinha e João de Almeida fizeram do mito da Atlântida, persiste contudo uma diferença substancial. Enquanto António Sardinha estaria consciente de que a sua teoria da raça se limitava a aprofundar o mito, enquanto imagem mobilizadora, João de Almeida contrariava o carácter efabulado das suas explicações, procurando atestar a “verdade absoluta” do mito enquanto “história sagrada”⁷⁸. Mesmo que ocasionalmente apresentasse o mito como mera hipótese⁷⁹, a sua importância no conjunto do seu pensamento nacionalista não desdenhava a busca de uma pretensa validação científica, ainda quando os argumentos utilizados exibiam o mesmo lirismo e romantismo que António Sardinha não podia esconder. O mito da Atlântida permitia o regresso às origens, à “idade sagrada” ou “infância do Homem”⁸⁰, onde a nação espiritual cedo

⁷⁴ ALMEIDA, João de – *Visão do Crente*, p. 15-16.

⁷⁵ Idem – *O Fundo Atlante da raça Portuguesa*, p. 89 e ss.

⁷⁶ Cf. RAPOSO, Luís – “O Paleolítico”. In: MÉDINA, João – ob. cit., p. 69.

⁷⁷ “A concepção portuguesa do Império deriva da própria tendência tradicional para a expansão que se perde nos tempos: – já os Lusitanos, 154 anos antes de Cristo, como que indicando a rota futura, atravessaram o Estreito e iam estabelecer uma colónia em Okilo, a 40 Km ao S. de Tânger, junto à actual Arzila” [ALMEIDA, João de – *O Estado Novo*. Lisboa: Parceria A. Maria Pereira, 1932, p. 3].

⁷⁸ ELIADE, Mircea – ob. cit., p. 15.

⁷⁹ ALMEIDA, João de – *O Fundo Atlante da Raça Portuguesa*, p. 67.

⁸⁰ Idem, *Ibidem*, p. 11.

começou a desenhar-se na sua suposta singularidade no quadro peninsular e europeu, evitando a miscigenação que perpetuaria a sua pureza original. Essa crença num génio especial não era novidade nem exclusiva do pensamento português, mas teve reflexos evidentes em alguns mitos do Estado Novo.